

## **“Funções” da mulher e “natureza” feminina: um olhar comparatista sobre Maria Amália Vaz de Carvalho e Clorinda Matto de Turner**

Lina Arao\*

**RESUMO:** Trata-se de uma leitura comparatista de trechos do livro *As nossas filhas: cartas às mães*, da portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, e do texto “Las obreras del pensamiento en la América del Sur”, da peruana Clorinda Matto de Turner, levando em conta, sobretudo, a discussão sobre maternidade e educação feminina no século XIX. O objetivo do texto não é somente apontar similitudes entre seus aportes, uma vez que o paradigma de feminilidade era similar nos dois países, mas também revelar as distinções que permearam suas trajetórias intelectuais e que as conduziram a diferentes recepções de suas obras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maria Amália Vaz de Carvalho; Clorinda Matto de Turner; autoria feminina.

**RESUMEN:** Se trata de una lectura comparatista de partes del libro *As nossas filhas: cartas às mães*, de la portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, y del texto “Las obreras del pensamiento en la América del Sur”, de la peruana Clorinda Matto de Turner, teniendo en cuenta, sobre todo, la discusión sobre maternidad y educación femenina en el siglo XIX. El objeto del texto no es solamente enseñar las similitudes entre sus aportes, ya que el paradigma de feminidad era similar en los dos países, sino también revelar las distinciones que señalaron sus trayectorias intelectuales y que tuvieron como consecuencia recepciones diferentes de sus obras.

**PALABRAS CLAVE:** Maria Amália Vaz de Carvalho; Clorinda Matto de Turner; autoría femenina.

### **1. PALAVRAS INICIAIS**

Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), nascida em Lisboa, foi uma intelectual que se dedicou a escrever livros de contos, crônicas para jornais e poesias, construindo uma produção extensa e bastante reconhecida em sua época. Organizou em sua casa reuniões nas quais compareciam os mais importantes intelectuais e escritores de seu tempo, como Ramalho Ortigão e Eça de Queirós. Seguindo a tradição dos salões que se espalharam por Portugal, outros também presididos por mulheres, o oferecido por Maria Amália era concorrido e exitoso, tendo auxiliado, como os demais, na divulgação de obras e escritores novos, além de permitir e suscitar todo o tipo de discussões, segundo afirma Amaro Carvalho da Silva (Apud LOPES, 2005, p.159). A

---

\* Doutora em Literatura Comparada pela UFRJ, cursando Pós-Doutorado na mesma instituição.

partir desses salões, pode-se refletir acerca da cada vez maior participação das mulheres no cenáculo cultural e literário, espaço em que se fundiram o público e o privado e no qual se discutiram as grandes querelas envolvidas nos papéis sociais atribuídos ou negados às mulheres portuguesas.

Embora Maria Amália tivesse criticado alguns desses salões como “local privilegiado da ostentação” (LOPES, 2005, p.160), onde se permitia às mulheres que exibissem, devido à “condescendência” dos homens, seus penteados e figurinos, minimizando a importância e a presença de outras grandes intelectuais como Ana de Castro Osório e Virgínia de Castro e Almeida, esses espaços culturais serviram para aquelas que desejavam transpor a barreira da restrita domesticidade e alcançar um certo nível de participação intelectual diante do cenário sociopolítico de mudanças que vivia Portugal. Irene Vaquinhas atenta para o fato de que a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo, houve um lento e progressivo processo de transformações, relacionado com as consequências advindas da Revolução Industrial (necessidade de mão-de-obra, incentivo ao consumo), da ascensão da burguesia e, no caso de Portugal, do ideário republicano, a partir do qual as discussões sobre a condição feminina e seu papel no cerne da sociedade ocuparam as páginas de jornais e permitiram que algumas mulheres, em geral as instruídas, oriundas da burguesia, pudessem expor suas reflexões e suas reivindicações através de livros e publicações em revistas e periódicos.

No Peru, Clorinda Matto de Turner (1852-1909), nascida em Cuzco, também legou uma produção literária extensa, dividida entre romances e artigos escritos para jornais e revistas. Ela mesma publicou periódicos em sua cidade natal, como *El Recreo*, iniciado com a ajuda de seu marido em 1876, e exerceu o cargo de editora de outros, como *El Perú Ilustrado*, um dos mais importantes do país, no qual, como afirma Dora Sales Salvador (2006, p.39), foram introduzidas as obras de Rubén Darío no Peru e foram publicados textos de autores peruanos célebres do momento, como Ricardo Palma e Manuel González Prada. Em 1896, já em Buenos Aires, onde se exilou depois de sofrer perseguição política e religiosa em Lima, fundou a importante revista *Búcaro Americano, periódico de las familias*, em cujas páginas refletiu sobre a condição da mulher, ainda que revelando as contradições típicas da época, que vacilavam entre a

aceitação do papel feminino de mãe e esposa e o incentivo à atuação das mulheres em um âmbito político e público.

A influência de Matto de Turner e de outras escritoras hispano-americanas de seu tempo dava-se também, como no caso das portuguesas, através de reuniões conduzidas na casa de algumas delas: tanto a peruana como sua amiga, a escritora argentina Juana Manuela Gorriti, organizaram em seus domicílios de Lima importantes encontros em que os intelectuais mais proeminentes conversavam sobre problemas políticos, literários, recitavam versos, tocavam e escutavam música, em um ambiente eclético e ambivalente, no qual as mulheres participavam de forma ativa. Desse modo, constituíam-se locais privilegiados em torno dos quais as escritoras podiam conhecer-se e congregar-se, iniciando suas carreiras literárias, discutindo sobre os direitos das mulheres e, mais importante ainda, começando a construir a ideia de um grupo literário e cultural específico, cujas características diferiam daquelas do sistema literário hegemônico das produções de autoria masculina. Os salões portugueses e as “veladas” hispano-americanas tiveram, assim, importância fundamental na trajetória de inserção das mulheres nas atividades intelectuais e artísticas da segunda metade do século XIX: a presença feminina fazia-se sentir em um espaço ambíguo e cambiante em que se mesclavam o ambiente doméstico (a casa das “senhoras” que ofereciam sua hospitalidade e suas ideias) e os elementos externos com seus componentes de assuntos públicos, considerados não “apropriados” para ouvidos e vozes femininos.

Embora possa parecer singular uma leitura comparatista entre autoras de lugares geograficamente tão distantes, pode-se argumentar que há vantagens em refletir a partir dos estudos ibero-americanos na medida em que se encontram semelhanças advindas de contextos culturais e econômicos de dependência ou de recepção de influências estrangeiras e, de muitas maneiras, de construção da própria identidade cultural por meio do cotejo com o “outro” que é, frequentemente, hegemônico e impositivo, com todas as consequências que uma relação estruturalmente desigual pode oferecer. Margarida Calafate Ribeiro aponta para a importância (no que concerne às questões acerca da problemática colonial e pós-colonial e da relação entre as nações latino-americanas com suas ex-metrópoles e a Europa) do pensamento de intelectuais latino-americanos, como Silviano Santiago, Roberto Fernández Retamar e Octavio Paz, para

os intelectuais portugueses, como Boaventura de Sousa Santos e Eduardo Lourenço, em seus estudos sobre a identificação cultural portuguesa pensada em cotejo com o restante da Europa. De acordo com Ribeiro (2009, p.63-64),

É, de facto, a partir da matriz de diferenciação na identificação das suas realidades – relativamente à Europa e ao cânone europeu – lançada pelos pensadores latino-americanos a partir dos anos 1930-1940 [...], que os pensadores portugueses [Sousa Santos e Lourenço] melhor entendem, e dão a entender, as especificidades do caso português e a sua particular situação relativamente à Europa, dita central.

Tanto latino-americanos quanto portugueses frequentemente percebem-se em vista do “outro”, a Europa “central”, a partir de um posicionamento de subalternidade. Sousa Santos refere-se a Portugal como semiperiferia no contexto de um sistema capitalista internacional, tendo sido, mesmo quando colonizador de territórios brasileiros e africanos, “um país dependente – em certos momentos quase uma ‘colônia informal’ – da Inglaterra” (SANTOS, 2003, p.25). A noção de colonialismo português, então, construiu-se por meio da relação com o colonialismo britânico que impôs sua hegemonia no cenário internacional. As colônias portuguesas, por sua vez, miravam-se numa miríade de reflexos e influências que partiam da metrópole lusitana e da “metrópole” de seu colonizador, engendrada das normas e paradigmas ideais de “civilização” e “progresso”: eram colonizadas por “um Próspero incompetente, relutante, originariamente híbrido”, um verdadeiro “Caliban na Europa” (SANTOS, 2003, p.28-29).

Eduardo Lourenço (1999, p.99) revela que a imagem construída de Portugal na Europa “central” (Inglaterra, França, Alemanha) era a de “povo decaído, pouco conhecido e considerado”. Da mesma maneira, Sousa Santos (2003, p.30-34) escreve sobre variados testemunhos de viajantes ingleses e alemães que, entre os séculos XVII e XIX, descreveram os portugueses desde uma imagem da alteridade com todos os estereótipos negativos de primitivismo atribuídos aos colonizados (como portugueses e espanhóis descreviam seus “súditos” indígenas e africanos, por exemplo). Frente a essas imagens contraditórias – a do esplendor de um império que desbravou oceanos e conquistou imensos territórios e a de um país pequeno, ameaçado pelas potências vizinhas e subjugado por pressões de tratados comerciais internacionais desfavoráveis –, intelectuais portugueses passaram a refletir sobre a causa desse “atraso” e a buscar

formas de acercarem-se a esse modelo normativo. Lourenço (1999, p.120-121) afirma que muito dessa crítica consolidou-se no século XIX, com os escritores da Geração de 70:

O paradoxo da Geração de 70 que se dera como missão ‘europeizar’ Portugal, libertá-lo na medida do possível do seu arcaísmo, foi o de retratar um país [...] em função de um modelo de civilização que tinha em Paris, Londres ou Berlim a sua vitrine. O resultado, [...] contrariamente aos seus propósitos de *aggiornamento*, foi um retrato deprimente da sociedade portuguesa, o de um Portugal não apenas pouco ou nada ‘europeu’ como essa geração o sonhava ou pretendia, ao menos nas suas classes dominantes ou instituições representativas [...], mas mórbida e mimeticamente fascinado por essa mesma Europa que não era mas oniricamente até imaginava ser.

Preocupação constante para intelectuais latino-americanos no século XIX também era o caminho que teriam que percorrer para alcançar a modernização e, com isso, o “progresso”, distinguindo-se, nesse caso, pelo fato de que na América Latina oitocentista as recém-independentes nações buscavam construir as identidades nacionais, reestruturando-se na tentativa de afastar-se dos elementos coloniais portugueses e espanhóis. Ex-colônias e ex-metrópoles partilhavam de uma espécie de sentimento de “atraso” e de “inferioridade” ao refletirem sobre si mesmas por meio do olhar estrangeiro imposto pela cultura hegemônica, considerada superior.

O objetivo do texto não é dilucidar essa complexa questão, mas justificar uma leitura comparatista entre duas autoras – a portuguesa e a peruana – cujas histórias, ainda que inseridas em cenários políticos distintos (Portugal com sua história imperial e seu papel de colonizador, Peru recém-independente, palco de conflitos políticos instalados após a libertação do jugo espanhol), assemelhavam-se na situação de subalternidade quanto à Europa dita central. Ademais, suas trajetórias como intelectuais, no que tange aos assuntos e temas discutidos, podem ser cotejadas por sua condição de mulheres em sociedades conservadoras, patriarcais e católicas: pensar, escrever, assumir publicamente um posicionamento e uma subjetividade femininos no século XIX eram tarefas arduamente conduzidas e negociadas em um meio predominantemente masculino. Para as escritoras oitocentistas, o êxito ou o repúdio dependiam de suas estratégias de submissão ou rejeição do modelo feminino imposto e das barreiras que poderiam ou não ser transpostas por elas. Diante de um cenário de transformações

sociais e econômicas – o liberalismo era um ideal político presente tanto em Portugal quanto no Peru –, bem como um contexto de crise nos dois países, as mulheres foram ganhando novas incumbências e novos desafios, de modo que alguns temas foram amplamente discutidos pelas intelectuais das duas nações: a maternidade e o que decorre dessa função primordial – a educação feminina e a possibilidade do trabalho fora de casa.

## **2. MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO: MATERNIDADE E RESPONSABILIDADES DECORRENTES**

Em sua fundamental obra, *L'Amour en plus*, Élisabeth Badinter discorre sobre as modificações ocorridas no imaginário social quanto à ideia da maternidade: como o mito do amor materno (entendido em seu significado de sentimento “natural” para as mulheres “normais”) foi criado e que tipo de educação da prole cada período histórico considerava adequado, além da relação entre pais e filhos e as responsabilidades atribuídas a cada um dos membros da família, esta constituída como um núcleo social que foi se valorizando à medida que a burguesia ascendia social, política e economicamente. De acordo com Badinter (1985, p.145), foi somente no final do século XVIII que os pensamentos se transformaram, e edificou-se um aparato discursivo que mudaria a imagem que a figura da mãe possuía, embora as condutas exigidas demorassem ainda mais tempo para concretizarem-se.

A estruturação socioeconômica a partir do capitalismo induziu que o Estado, para que produzisse mais e consumisse mais, precisasse ser amplamente povoado: ter muitos braços para trabalhar e um grande contingente para guerrear (a França enfrentava numerosos conflitos que necessitavam de soldados, homens que, ao mesmo tempo, faziam falta na agricultura e em outras fontes de produção de riqueza). Decorreu disso a preocupação dos intelectuais, economistas e políticos do período com as crianças e com as absurdas taxas de mortalidade infantil – cada uma que morria era um desfalque futuramente para o desenvolvimento econômico do Estado. Devido a essa necessidade de teor financeiro e militar que levou à apreensão quanto ao futuro das crianças – vistas em seu “valor mercantil” (BADINTER, 1985, p.158) –, surgiram outros discursos contundentes sobre a importância que as mães tinham na sobrevivência

e na criação de seus filhos, construindo-se, assim, a ideia de que a maternidade era a missão e a natureza das mulheres.

A filósofa francesa ainda afirma que a maternidade se valorizou socialmente não apenas devido à importância adquirida pelas crianças, mas também pelo que ela julga uma “verdadeira obsessão da filosofia das Luzes: a busca da felicidade, logo seguida pela valorização do amor. Esses dois novos valores virão reforçar oportunamente a homogeneização dos esposos entre si, e mesmo a dos pais e filhos” (BADINTER, 1985, p. 172). A felicidade devia, então, ser almejada, e a harmonia dentro da família, refúgio das intempéries externas, somente podia ser encontrada através do amor: os casais passaram a formar-se em busca da afinidade, contradizendo os moldes anteriores do matrimônio por conveniência, cujo contrato se fazia para unir os interesses das linhagens. Se o casal se unia por amor e a escolha era feita livremente, a mulher não poderia ser mais vista e tratada como um ser completamente inferior, situada na mesma condição que os filhos para o homem. A mulher, desse modo, foi ganhando um espaço de destaque no “idílio” familiar como a grande responsável pela sustentação da felicidade e da harmonia: como esposa e mãe perfeita, ela faria com que seu marido não quisesse abandonar o “paraíso” doméstico e sobre ela cairia a responsabilidade de educar, infundir bons costumes e construir os futuros cidadãos, os “homens de bem” tão ansiados pela sociedade.

A imagem da “nova mãe”, como intitula Badinter, foi construída e consolidada por um imenso conjunto discursivo – dentro do qual tiveram papel de destaque as obras de Rousseau – que ao mesmo tempo em que deu à mulher uma esfera específica de status e de atividade dentro da família, encarcerou-a nessa mesma prisão: a suposta “natureza” feminina obrigou-a a ser a mãe zelosa que se sacrificava e se dedicava integralmente aos filhos. Derivaram disso também as discussões sobre a educação feminina: se ela tinha tão elevada missão, não poderia ser totalmente ignorante. De acordo com Badinter (1985, p.242-243), a ideia de Rousseau era a de educar a mulher de acordo com as necessidades práticas (as adequadas para o exercício de seus encargos maternos e conjugais) a fim de possibilitar que elas se tornassem seres autônomos (ou parcialmente autônomos, quando se recorda a falta de direitos civis femininos) que conseguissem dar a educação moral necessária para que seus filhos também se

tornassem indivíduos dotados de autonomia e liberdade. As meninas principalmente deveriam estar próximas de suas mães, aprendendo desde o início a exercer seu papel de futuras mães e esposas, com todos os conhecimentos necessários, demarcando os papéis sociais distintos atribuídos aos gêneros, bem como os espaços que deveriam ser ocupados por eles: o espaço público e político para os homens e o âmbito doméstico e privado para as mulheres. Muitas das reivindicações femininas que clamavam pelo acesso a uma educação mais completa, não cerceada pelos atributos domésticos, além do direito de trabalhar fora de casa (e condições igualitárias nesses empregos com relação aos seus colegas masculinos) e de ter representatividade política (sufrágio feminino, por exemplo) relacionavam-se com as barreiras construídas por esse modelo doméstico, assim como com a construção de um ideal naturalizado feminino que as encaminhava necessariamente para o casamento e a criação em tempo integral de sua prole: aquelas que contrariavam esse paradigma eram condenadas moralmente e excluídas pela demonstrada “anormalidade”.

Em Portugal, a partir da segunda metade do século XIX, conforme aponta Irene Vaquinhas (2000, p. 26-38), o republicanismo consolidou esses ideais iluministas sobre a mulher, valorizando seu estatuto de “mãe dos futuros cidadãos”, peça fundamental do progresso da nação, uma vez que a família era um pequeno protótipo da pátria e destruir a primeira era condenar a segunda. Muito também se discutiu sobre a educação das mulheres lusitanas, que era ainda bastante precária; embora houvesse o movimento de alguns republicanos e de mulheres ligadas a esse grupo, existia, concomitantemente, um enorme contingente de intelectuais e políticos conservadores que desejava limitar ao máximo as possibilidades de emancipação feminina, mesmo no que se referia à educação. Lopes (2005, p.570-571), por exemplo, cita a argumentação de autores como Eça de Queirós, já em fins do século XIX, que assegurava a inferioridade feminina justificada por uma suposta diferenciação natural intransponível: porque as mulheres teriam, segundo ele, uma constituição biológica distinta e não teriam um cérebro propenso para a investigação científica, a educação deveria diferir de acordo com os gêneros.

Diante de um contexto tão conservador, principalmente levando em conta que as principais associações feministas portuguesas surgirão somente no século XX<sup>1</sup> e que os grandes nomes da intelectualidade portuguesa davam a conhecer publicamente suas considerações tradicionalistas, as mulheres precisavam utilizar estratégias moderadas para que se fizessem ouvir sem piores atritos. Dessa maneira, conforme pondera Vaquinhas, as mulheres portuguesas que refletiram e escreveram sobre a condição feminina no século XIX aproveitaram a figura da mãe e sua importância consolidada socialmente para reivindicar seus direitos, especialmente sobre uma educação mais igualitária:

Invocar a maternidade é conferir dignidade e sentido de utilidade social às reivindicações formuladas, indo ao encontro de valores dominantes na sociedade, tentando transformá-los, sem contudo os pôr em causa. Numa altura em que o feminismo suscita 'galhofa' – e estas reivindicações são qualificadas de feministas – [...], valorizar a maternidade é procurar desmistificar ideias correntes. Talvez por isso as feministas portuguesas – ou pelo menos algumas – procurassem dar de si mesmas uma imagem de mães devotadas. (VAQUINHAS, 2000, p.48-49).

Apesar de parecer contraditória, a tática utilizada pelas feministas portuguesas tirava vantagem da única função valorizada socialmente dentro do modelo patriarcal do ideal feminino. A partir dessa posição de responsável pela criação dos filhos, elas iniciaram sua luta para ingressar, aos poucos, em um âmbito considerado masculino – o dos estudos, da escrita – obtendo, por meio disso, uma participação mais efetiva e ativa nas discussões políticas e públicas.

Maria Amália Vaz de Carvalho, nesse contexto, foi uma figura controversa, visto que, embora tenha escrito muito e tenha tido uma posição de destaque nos meios intelectuais, literários e jornalísticos de sua época (sendo, por conseguinte, uma mulher que logrou romper as barreiras do paradigmático ideal feminino – dedicação restrita à casa e aos filhos), frequentemente endossou em seus livros e artigos a visão conservadora sobre as mulheres. Por um lado, a escritora parece advogar pela educação feminina, uma vez que afirma:

---

<sup>1</sup> Vaquinhas (2000, p.27) elenca os principais grupos que defendiam as causas das mulheres: Grupo Português de Estudos Feministas (1907), Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909), Associação da Propaganda Feminista (1912).

Dar-lhe a missão de educar e não querer que ela se eduque, ordenar-lhe que reprima, discipline, canalize as paixões hereditárias e potentes dos próprios filhos, e não lhe consentir que pela História, pela Fisiologia, pela Ciência, pela leitura vasta e proveitosa ela compreenda primeiro a natureza e os efeitos e causas dessas paixões, que são um perigo e uma força motora da humanidade, e depois os métodos, os processos, as diversas maneiras pelas quais a educação as pode aproveitar ou neutralizar!... (CARVALHO, 1904, p.28)<sup>2</sup>

Nota-se que ela se refere à condição das mães como educadoras primeiras dos filhos a fim de alegar a necessidade da educação para as mulheres. Nenhuma delas poderia ensinar bem seus filhos a portarem-se e agirem adequadamente em suas atividades sociais se não conhecessem nada sobre os desejos e as paixões que poderiam conduzi-los ao erro. Seguindo o mesmo texto, Maria Amália ressalta que a inteligência feminina pode ser cultivada sem que isso se transforme em ameaça aos deveres impingidos a elas, visto que “pode-se conversar muito bem na sala de que pela manhã se limpa o pó. [...] Pode ser-se amada, sem para isso ser necessária toda a futilidade e toda a estupidez [...]” (Ibidem, p.28-29). Em oposição aos que preferiam uma esposa ignorante e que, por isso, não contestasse as ordens dadas, a autora de *Cartas a Luiza* propõe a imagem de uma companheira que tornaria mais agradável a convivência familiar porque a educação lhe proporcionava a sabedoria para encaminhar bem a prole e conduzir eficazmente os afazeres domésticos.

Percebe-se implicitamente já nesses trechos que sua visão sobre a educação feminina tem pontos de convergência com o pensamento de Rousseau: um ensino prático direcionado especificamente às mulheres e, em decorrência, com distinções marcantes quando cotejado àquele oferecido aos homens. As mulheres, segundo a escritora, necessitavam aprender o que utilizariam mais tarde, por isso ela apresentava a proposta, ainda que não explicitamente desenvolvida em detalhes, de que as meninas fossem educadas pelas mães ou, no máximo, em liceus diferentes do modelo masculino, que elas pudessem frequentar durante poucas horas por dia, “sob vigilância de senhoras dignas, sem contudo ser obrigadas a adquirir diplomas, ou a fazer exame, a não ser no caso de se querer consagrar ao magistério ou de quem passar para uma escola superior”. Assim, “educada em casa, instruída convenientemente sem ter de a abandonar, a mulher aprenderia a viver sob as asas carinhosas da mãe, ensaiando com os irmãos pequeninos

---

<sup>2</sup> A grafia das palavras foi atualizada.

a aprendizagem maternal, conhecendo os obstáculos, as complexidades, as tristezas da vida, e também as alegrias, os afetos da família” (CARVALHO, 1904, p.118-119). Portanto, o ideal, para as mulheres, era uma educação limitada e prática: as línguas estrangeiras, por exemplo, ensinadas para que servissem de sustento caso elas não conseguissem um casamento conveniente ou para que lhes permitissem ser de serventia aos seus maridos (traduzindo, conversando com eles). Maria Amália reivindicava o direito das mulheres à educação, desejava que não fossem mais ignorantes, mas em momento algum negou sua dependência com relação ao cônjuge e, muito menos, seus deveres como mães e donas-de-casa, relegando, quando os tivessem, seus talentos intelectuais aos momentos posteriores aos afazeres que a família demanda (pode-se escrever e ler, conversar agradavelmente na sala que ela mesma havia limpado anteriormente, encher de poesia e discursos uma casa organizada com seus habitantes bem alimentados e asseados).

Cecília Barreira (1992, p.56-57) atenta para algumas incoerências encontradas nos escritos de Maria Amália: “no ensejo de proclamar as virtudes da educação doméstica, (...) não poupa nem os colégios, nem as preceptoras ou mestras individuais. Os colégios são criticados na linha de um Ramalho Ortigão, nas *Farpas*: lugares de perdição das jovens e de falsa valorização cultural”. A proposta da portuguesa era a de manter as meninas próximas de casa e de suas mães, a fim de que melhor treinassem desde cedo suas habilidades domésticas dentro do contexto social em que viviam – uma das críticas da autora era a de que, nos casos em que as famílias se sacrificavam para pagar escolas a suas filhas, isso acabava por colocá-las em contato com meninas de classes mais abastadas, fazendo com que as mais pobres depois não se contentassem com suas reais possibilidades de vida, não aprendendo a contornar os problemas advindos de um lar de poucos recursos financeiros. No entanto, Barreira também adverte que Maria Amália apoiava a possibilidade de que as mulheres frequentassem os cursos superiores, cogitando, ademais, o fato de que nem todas elas se casariam, tendo que arranjar ofícios que as sustentassem. Assim, a autora criticava a inexistência de liceus verdadeiramente apropriados para educar as mulheres portuguesas, cujas condições diferiam muito das de mulheres que viviam em outras partes da Europa (citam-se Inglaterra, França, Suíça, países do extremo norte), mostrando como não se as

preparava para a vida real e concreta. Entretanto, o questionamento de Barreira (1992, p.57) parece bastante pertinente: “Mas (...) como pretendia a autora conciliar um ensino exclusivamente doméstico com o acesso à Universidade? As contradições não as explica Maria Amália Vaz de Carvalho.” Talvez porque estivesse presa a uma ideologia muito arraigada e a um modelo ideal de feminilidade extremamente consolidado e imposto, a escritora não tenha logrado libertar-se de um raciocínio que considerava as diferenças de gênero, juntamente com os papéis sociais a elas aderidos, barreiras intransponíveis, de modo que não conseguiu desvencilhar-se da ideia naturalizada de que a mulher estava biologicamente “programada” para a maternidade e, mais do que isso, para sacrificar-se em prol da criação dos filhos e da harmonia na família.

Apesar de mostrar em seus textos quão defasada era a educação feminina e, frequentemente, a predileção social por mulheres ignorantes e submissas, Maria Amália atribuiu, como seus colegas masculinos, à constituição biológica feminina o seu “desenvolvimento” intelectual e algumas interdições no que concerne à participação delas na ordem pública:

Esta impossibilidade da mulher em atingir aquela grandeza genial e aquele poder criador que imprime o seu cunho em certos cérebros masculinos, também raros, deve ter uma causa natural, que não sei sondar nem definir, mas que existe e que impera como lei fatal e inultrapassável! Pode haver mulheres muito distintas em todas as profissões; chega, porém, um ponto que, atingido, elas não excedem. (CARVALHO, 1904, p.124)

“Destinada pela natureza a ser mãe e esposa” (Ibidem, p.13), a mulher, sob a perspectiva de Maria Amália, tinha poucas chances de emancipação. De forma bastante conservadora, a autora não se contrapôs à maioria dos preceitos da época, rechaçando as possibilidades de uma saída plena dos domínios do lar e da família, sendo a opção pelo doméstico precisamente a preferência “natural” das mulheres, ou a que deveria ser a escolha das mulheres “normais” (pelo menos no contexto português, tão diferente do caso de outros países da Europa ou até mesmo dos Estados Unidos). Ana Maria Costa Lopes (2005, p.573) resume bem essa contraditória posição de Maria Amália: para ela, “em conformidade com os <<fazedores>> de opinião da época, retrógrados para os dias de hoje e já para os grupos de emancipação feminina de então, o sexo marcava a diferença e não a cultura, a mentalidade, os costumes.” Ao mesmo tempo em que

criticou duramente em alguns de seus escritos a indecisão masculina que censurava tanto as ignorantes quanto as que buscavam estudar, tanto as que eram devotas aos dogmas católicos quanto as que tentavam desvencilhar-se deles, também defendeu uma emancipação feminina que era quase estritamente moral, segundo afirma Lopes, e uma instrução que “serviu aos interesses da discriminação, diferenciando os sexos e, também, as classes” (Ibidem, p.581).

Talvez Maria Amália acompanhasse o momento de contradições que caracterizou esse período de mudanças significativas e externasse a adoção do modelo feminino patriarcal (apesar de ela mesma ter sido uma intelectual que nunca ocultou seu conhecimento acerca dos diversos saberes e, com suas reflexões sobre variados assuntos da época, estivesse participando de alguma maneira dos acontecimentos externos ao âmbito do privado que ela afirmava ser destinado à “natureza” feminina) a fim de construir uma rede de contatos e conservá-la a seu lado, apoiando-a como intelectual reconhecida dentro de um contexto tão marcadamente masculino. Nesse sentido, Maria Amália triunfou, visto que seus livros e artigos para jornais foram muito lidos e sua presença na trajetória cultural e literária portuguesa ficou mais evidente e perdurou mais do que a de tantas outras escritoras contemporâneas suas, como Francisca Wood e Ana de Castro Osório. Compreender tais incoerências e múltiplas nuances de um trabalho tão extenso como o de Maria Amália demanda uma investigação exaustiva e uma análise minuciosa de toda a obra da autora, de modo que o objetivo deste pequeno ensaio é apenas o de suscitar perguntas e ressaltar alguns aspectos do pensamento da autora de *Vozes no ermo* que se relacionam com as complexidades concernentes ao discurso feminino, que buscava romper, seja de formas mais contundentes ou mais conservadoras, o aparato ideológico construído a fim de demarcar os papéis sociais de cada gênero e as qualidades e comportamentos considerados adequados a eles.

### **3. CLORINDA MATTO DE TURNER: CONCILIANDO A MATERNIDADE E A ESCRITURA**

Também o Peru encontrou no século XIX um momento de intensas transformações e turbulências sociopolíticas com a independência, os conflitos civis subsequentes e a Guerra do Pacífico (1879-1883), além de um período de expansão

econômica com a exportação do guano. Semelhantemente ao caso português, no sentido dos direitos jurídicos e civis, as mudanças sociopolíticas não alteraram significativamente a vida das mulheres, ainda que elas começassem a ingressar nos meios intelectuais, sendo elogiadas ou criticadas de acordo com a maior ou menor adesão aos padrões da sociedade patriarcal. Francesca Denegri (2004, p.31-32) afirma que, no âmbito cultural e literário, esse século foi marcado pela preocupação em construir uma identidade nacional relacionada com um modelo de modernidade europeia que, por sua vez, associava-se com um discurso literário novo, distinto do período colonial – tratava-se, em meados do século XIX, da poética romântica, que adotou em seu imaginário o ideal feminino da domesticidade e harmonia oriundo da Europa moderna. Tal modelo de feminilidade, ao mesmo tempo, conectava-se e ajustava-se ao conceito de literatura que, segundo Denegri (Ibidem, p.43-44), vigorava no contexto romântico: a literatura como um espaço dissociado da dura e violenta realidade, onde podia refugiar-se aquele que desejava um interlúdio harmônico e tranquilo, o que, de certa maneira, identificava-se com um ambiente doméstico e com a figura construída da mulher – a que se dedica à casa e à família, transformando o lar em um abrigo de felicidade contra os “vícios” das ruas.

Como ocorreu em Portugal, a família burguesa, no Peru, passou a ser um elemento importante socialmente, transformando-se, conforme Denegri, em uma espécie de símbolo da modernidade e progresso da nação. Se a família era um “núcleo gerador de ‘paz’ e ‘civilização’ e preservadora do branco e europeu<sup>3</sup>” (Ibid, p.105, tradução nossa), e a mulher era a responsável por manter em funcionamento essa importante “engrenagem” social, questões relacionadas a ela passaram a ser discutidas, como, por exemplo, a educação feminina. O argumento, portanto, era muito semelhante ao já presenciado em outras partes: a educação era necessária a fim de melhor prepará-la para a fundamental missão de ser mãe, primeira educadora das crianças e protetora da “saúde” física e moral da família. Contrapôs-se a mãe de família burguesa, mais instruída, atarefada em seus cuidados com a casa e a família e, por isso, representante da

---

<sup>3</sup> No Peru, devido à grande quantidade de habitantes pertencentes a outras etnias – sobretudo índios, mas também havia comunidades negras e asiáticas –, a construção de uma identidade branca e europeia para a nação era uma preocupação da elite, que buscava se afastar da “barbárie” que atribuía aos não-brancos, frequentemente culpando-os pelo “atraso” do país.

modernidade, à mãe ociosa e aristocrata da colônia. Nesse contexto, o surgimento de mulheres escritoras foi louvado por críticos, desde que, obviamente, elas se limitassem a refletir sobre assuntos “amenos” de maneira tradicional e não se encaminhassem para temas de ordem pública, como a política, por exemplo, e não negligenciassem seu dever principal – os trabalhos domésticos. Denegri cita o nome de Carolina Freire de Jaimes – segunda mulher a ser convidada a participar do então importante Club Literario de Lima – que corroborou as palavras de um crítico que havia elogiado seu trabalho ao afirmar que “a pluma e a agulha não se excluem, que as obras mais belas do talento feminino foram escritas ao doce vaivém de um berço onde dorme o fruto da benção de Deus, e que a terna esposa, a cuidadosa mãe e a escritora ilustrada, personificam um só tipo – o da mulher chamada o *anjo do lar*” (DENEGRÍ, 2004, p.110-111, tradução nossa).

O discurso de Freire de Jaimes é bastante característico ao de tantas outras escritoras oitocentistas, inclusive ao da própria Maria Amália, dado que se apropria do papel social valorizado pela maternidade para inseri-las aos poucos em um cenário literário predominantemente masculino (constituído em grande parte por leitores, críticos e editores homens), sem, contudo, ultrapassar a linha da adequação, mantendo-as restritas aos domínios do privado. Dessa maneira, elas conseguiam permanecer escrevendo sem sofrer repúdio e exclusão. No entanto, nem todas aderiram completamente a essa estratégia, como é o caso de Clorinda Matto de Turner. Apesar de ela não negar a importância da maternidade e valorizar a educação para as mulheres e os afazeres domésticos, confrontou os valores tradicionais de uma sociedade machista e católica, de modo que foi perseguida no seu país natal e teve que exilar-se em Buenos Aires. Embora fosse católica e ressaltasse os ideais cristãos, associando, por exemplo, Lucía Marín, a protagonista de seu mais conhecido romance – *Aves sin nido* (1889) –, com a figura da Virgem Maria, a autora dedicava duras críticas à instituição da igreja católica, denunciando a corrupção e a violência que os padres impingiam contra as mulheres, sobretudo as indígenas.

Ainda que não tivesse desenvolvido detalhadamente um plano específico elaborado para a educação feminina, essa foi uma causa das mais importantes para Matto de Turner, que antagonizava frequentemente o obscurantismo retrógrado dos que temiam e censuravam a instrução e o trabalho das mulheres às luzes civilizatórias e

modernas daqueles que incentivavam e apoiavam as causas destacadas. Em um de seus textos mais conhecidos, “Las obreras del pensamiento en la América del Sur”, originalmente um discurso feito pela autora no Ateneo de Buenos Aires em 1895, lê-se:

Los obscurantistas, los protervos y los egoístas interesados en conservar a la mujer como instrumento del placer y de obediencia pasiva, acumulan el contingente opositor; la cámara obscura para lo que ya brilla con luz propia, sin fijarse que, de la desigualdad absoluta entre el hombre y la mujer, nace el divorcio del alma y del cuerpo en lo que llaman matrimonio, esa unión monstruo cuando no existe el amor. (MATTO DE TURNER, 2006, p.288)

Matto de Turner não censurou a ideia do casamento e, ademais, utilizou as distinções conservadoras entre as supostas naturezas feminina e masculina que associavam mulheres com espírito, emoção, sentimento e homens com corpo, ação, racionalidade. Contudo, buscou persuadir seu público a partir da crítica aos que não conseguiam acompanhar as mudanças históricas que conduziriam as nações latino-americanas rumo à modernidade e ao progresso caracterizados pela mudança nas condições das mulheres. Apropriando-se da oposição positivista tão cara ao período entre “civilização” e “barbárie”, “progresso” e “atraso” e a decorrente preocupação constante dos países da América Latina em erigir a imagem identitária de espaço modernizado, acercando-se do modelo europeu, a escritora peruana advertiu que somente os que se posicionavam ao lado das “trevas” e do “retrocesso” atravancavam a ilustração das mulheres, temendo sua emancipação (ainda que, obviamente, parcial e limitada).

As “obreras” do pensamento a que se referiu Matto de Turner foram as escritoras e intelectuais hispano-americanas lembradas por sua coragem em abrir caminho no terreno espinhoso da escritura, construído e regido por homens. Assim, a autora cusquenha buscou ressaltar, conforme Ana Peluffo (2005, p.248), que estava surgindo “uma cultura feminina que, tendo-se formado à sombra da masculina, adquiriu frondosidade própria”: a educação das mulheres passava, portanto, por esse reconhecimento de escritoras anteriores e contemporâneas, que revelavam a possibilidade de existência e edificação de uma literatura de autoria feminina, com características próprias, consciente do choque produzido com relação à literatura hegemonicamente masculina. Suas companheiras de pena foram valorizadas em seu

texto não apenas como mães de importantes cidadãos que compuseram a pátria, mas principalmente por terem deixado livros para contribuir intelectualmente para suas nações:

La República Argentina, que tiene héroes de la guerra magna, porque sus madres supieron amamantarlos con el seno de las espartanas, habrá de enorgullecerse también de ser la patria de Juana Manuela Gorriti [...]. Juana Manuela, rodeada del respeto y de la admiración, no por haber sido esposa y madre de presidentes de una república, sino por haber sido escritora. (MATTO DE TURNER, 2006, p.291-292)

É curioso como Matto de Turner ao mesmo tempo em que ressaltou o papel de mães exemplares que tiveram as escritoras louvadas, uma vez que deram à pátria indivíduos valorosos, atentou para o fato de que se destacaram por seus trabalhos intelectuais, e que seus mais importantes frutos foram as ideias, mais do que seus filhos. Desse modo, ela procurou não atrair o rechaço imediato de sua audiência, pois as mulheres das quais tratou nunca relegaram a função feminina da maternidade, mas, concomitantemente, não limitou a valorização delas a esses papéis sociais demarcados pelo gênero. A educação feminina, nesse sentido, foi além das reivindicações que Clorinda fez em vários de seus textos em favor da criação de centros de ensino para as mulheres ou do fim do preconceito que se nutria contra as mulheres instruídas. Pode-se considerar a educação em sua abrangência através da divulgação de textos de autoria feminina (como ela fez a partir da revista *Búcaro Americano*) e da tentativa de construção de uma “irmandade” literária feminina, um espaço intelectual em que elas pudessem conhecer as obras escritas por outras mulheres, encontrar apoio e espelhar-se nos exemplos existentes diante de um contexto de antagonismo que identificava a historiografia literária hegemonicamente masculina.

#### 4. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Em Portugal e no Peru do século XIX, consolidou-se a figura da família burguesa e, como elemento fundamental, a mulher mãe e educadora, formadora das gerações de cidadãos adequados às respectivas sociedades. Tal modelo de feminilidade tanto serviu como modo de repressão e delimitação de papéis sociais separados por gêneros, cujas órbitas de atividade eram bastante rígidas e restritivas para as mulheres,

quanto propiciou que elas o utilizassem como ponto de partida para suas primeiras reivindicações. Devido à pesada responsabilidade da mãe oitocentista de educar seus filhos, a primeira exigência foi a da instrução: esse foi um dos principais temas dos textos de Vaz de Carvalho e Matto de Turner.

A escritora portuguesa mostrou-se mais conservadora ao privilegiar a ideia de uma educação feminina distinta da oferecida aos homens e preferencialmente obtida junto das mães, para que se adequasse às condições sociais e financeiras de suas famílias. Dessa forma, percebe-se o cerceamento da mulher à esfera privada, evitando-se incentivá-la à reflexão sobre a vida política e científica. Já a intelectual peruana, apesar de também destacar a função da maternidade, pareceu estimular mais, através de seus artigos em jornais, discursos e romances, a participação ativa delas no campo intelectual e público, visto que reivindicou uma equiparação salarial entre os gêneros e melhorias na educação, além de buscar construir um canal de comunicação e divulgação de obras de autoria feminina hispano-americana, valorizando as autoras de gerações anteriores e abrindo caminho para as futuras. Somente uma pesquisa minuciosa poderia responder a razão dessas diferenças, mas é possível que a situação delicada em que se encontravam as escritoras oitocentistas mantivesse algumas em um posicionamento mais afim aos discursos normativos para que lhes fosse permitido encontrar um lugar estável no campo intelectual.

Assim, o estudo comparatista das duas escritoras demanda uma investigação muito mais aprofundada, visto que suas produções foram extensas e o contexto em que elas escreveram era turbulento e avesso às tentativas de emancipação feminina, bem como aos questionamentos dos paradigmas de gêneros consolidados. Este texto, finalmente, buscou apenas iniciar uma leitura que pode desenvolver-se em um trabalho de pesquisa mais amplo a partir de ulteriores análises das obras dessas duas autoras fundamentais, cujas produções podem suscitar esclarecedoras avaliações quando lidas em cotejo.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, Élisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- BARREIRA, Cecília. **História das nossas avós**: retrato da burguesa em Lisboa. Lisboa: Colibri, 1992.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de. **As nossas filhas**: cartas às mães. Lisboa: Antonio Maria Pereira Livraria-Editora, 1904.
- DENEGRI, Francesca. **El abanico y la cigarrera**: la primera generación de mujeres ilustradas en el Perú. Lima: IEP, 2004.
- LOPES, Ana Maria Costa. **Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos**. Lisboa: Quimera, 2005.
- LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da Saudade**: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MATTO DE TURNER, Clorinda. **Aves sin nido**. Ed. de Dora Sales Salvador. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2006.
- PELUFFO, Ana. **Lágrimas andinas**: sentimentalismo, género y virtud republicana en Clorinda Matto de Turner. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2005.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. Pensar a partir da literatura – da importância dos estudos ibero-americanos. **Alea**, vol.11, n. 1, p.62-72, jan.-jun.2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 66, p.23-52, jul.2003.
- VAQUINHAS, Irene. **“Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX**. Lisboa: Colibri, 2000.

*Recebido em: 15 de março de 2015.*

*Aprovado em: 3 de abril de 2015.*